

Primórdios da Educação no Brasil

Tania Conceição Iglesias do Amaral

MATTOS, L. A., *Primórdios da Educação no Brasil: o período heróico (1549-1570)*. Rio de Janeiro, Aurora, 1958. 306 p.

Luiz Alves de Mattos foi catedrático de Filosofia, História da Educação e diretor da Faculdade de Educação da Universidade do Distrito Federal - já extinta na época da publicação desse livro - catedrático de Didática Geral e Especial e diretor do Colégio de Aplicação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Além da obra acima referida que passaremos a resenhar, o autor escreveu, entre outros trabalhos, os seguintes livros lançados pela editora Aurora, Rio de Janeiro: “O Quadro-negro e a sua Utilização no Ensino” (1954). “A Linguagem Didática no Ensino Moderno” (1956). “Sumário de Didática Geral”(1957). “Os objetivos e o Planejamento de Ensino” (1957). Todos, com caráter de manual didático, inseridos no campo da educação e abordando, notadamente, o tema Ensino Aprendizagem.

Primórdios da Educação no Brasil, publicado em 1958, extrapola, na produção do autor, a discussão didática propriamente dita em direção a compreensão do campo historiográfico educacional brasileiro, do qual afirma a precariedade de pesquisas e conseqüentemente, a também precária compreensão de um período de vinte anos, (1549-1570) que para ele, representou o período mais empreendedor e dinâmico da educação brasileira, ao qual denomina, devido às agruras pelas quais tiveram que passar os homens educadores dessa época, Período Heróico, justificando assim, não só a pesquisa, como também a sua delimitação espaço-temporal, categoria, aliás, muito importante para o autor, na medida em que a obra pretendia inicialmente discorrer sobre a periodização da história da educação brasileira, tendo, inclusive, no início do livro, esboçado tal periodização defendendo-a como elemento fundamental e necessário à compreensão da História da Educação. Para ele, evidentemente até o momento em que escreveu esse livro, a educação brasileira possuiu “nitidamente” seis períodos distinguíveis que são: *Período Heróico (1549 a 1570)*; *Período de Organização e Consolidação (1570 a 1759)*; *Período Pombalino (1759 a 1827)*; *Período Monárquico (1827 a 1889)*; *Período*

Republicano (1889 a 1930) e Período Contemporâneo (1930 até os nossos dias) aqui, o autor se refere ao ano de 1958.

Quanto ao conteúdo, afirma a isenção de pretensão interpretativa, buscando apenas subsidiar por meio do oferecimento de fontes historiográficas, documentos capazes e suficientes para dialogar por si sós com o leitor, que, em última instância, é quem deverá interpretá-los evitando, dessa forma e de acordo com a crença epis temológica do autor, a subjetividade em direção a um maior “rigor científico”.

O Livro foi dividido em quatro partes desenvolvidas em doze capítulos assim organizados: A primeira parte trata do esboço de um sistema educacional no qual constam quatro capítulos que mostram a gênese do sistema educacional jesuítico na América portuguesa. A segunda parte, desenvolvida em dois capítulos, trata da política administrativa do plano educacional jesuítico, apresentando os conflitos bem como a administração ancorada em uma política temporal e de gerenciamento dos recursos financeiros. Na terceira parte do livro, desenvolvida em três capítulos, o autor apresenta biografias daqueles que avalia como grandes figuras histórico-educacionais da época, tomados para o estudo pelos atributos, que no livro aparecem como predicados que o autor enfatiza, quais sejam: Martinote, “O Primeiro Professor de Curso Secundário do Brasil”; Vicente Rijo: “O Primeiro Mestre do Brasil” e José de Anchieta: “O Grande Educador e Apóstolo”. A quarta e última parte, desenvolvida em três capítulos trata do fim do momento estudado “período Heróico”, onde o autor recapitula e caracteriza o período estabelecido.

Mattos inicia o livro traçando o panorama do momento histórico em que se deu o início, segundo ele, da História da Educação no Brasil (1549). A contextualização foi elaborada de forma a evidenciar a ineficiência das primeiras formas de posse, gerada pela falta de controle de Portugal ou da empresa colonizadora portuguesa, sobre o domínio do território conquistado. Mostra, a partir de documentos, os fundamentos político-colonizadores concretos que se constituíram as bases sobre as quais foram construídas, ainda que insipientes, as primeiras ações políticas educacionais para o Brasil, bem como as primeiras diretrizes básicas para as instruções contidas nos regimentos instituídos por D. João III nos Regimentos de 1548 e entregues a Tomé de Souza, que a partir daí teria a tarefa de governar a nova fase da colonização da América portuguesa cujo êxito dependia, em grande parte da conversão dos gentios por meio da catequese a da instrução, missão que foi entregue à Companhia de Jesus, ordem religiosa cultivada em Portugal com o precípua objetivo da obra catequética nas terras conquistadas além mar.

Exalta os primeiros missionários educadores jesuítas, nomeadamente por meio da figura do padre Manoel da Nóbrega, por terem correspondido às expectativas da missão que lhes foi conferida tomando em conta o frágil sistema educacional praticado no Reino e mesmo em outras partes da Europa. Entretanto não se detém a enaltecer os feitos heróicos de seus personagens. Procura mostrar os conflitos que se fizeram presentes naquele momento histórico.

Toma como recurso a narrativa, mas tece a história de forma tal que vai evidenciando a constância de movimento, de modo que o leitor possa captar a configuração de relações existentes na mesma. Quando fala sobre o Colégio dos Meninos de Jesus de São Vicente, inicia por questões administrativas temporais terminando com as perspectivas de Nóbrega para o futuro educacional do país, mostra o quão arrojado foi, se tomarmos a época de sua criação, o pensamento educacional do Jesuíta Manoel da Nóbrega, sua política, objetivos, planos de estudos e projetos vindouros que em última análise, pelo menos até essa época, representou o pensamento jesuítico colonial em sua primeira fase ou período como prefere o autor.

Ao contrário da primeira parte do livro que versa sobre a edificação da Companhia de Jesus e da educação jesuítica na colônia portuguesa, a segunda trata de mostrar o cerceamento nos ideais educacionais de Nóbrega que dão origem a um novo período na história da educação brasileira. Nessa parte o autor vai se acercando dos conflitos internos da ordem dos jesuítas para mostrar a origem da nova fase educacional que se inicia, segundo o mesmo, com o desamparo ao plano educacional aqui estabelecido pelos primeiros jesuítas, como estratégia de desmonte de ideais que haviam sido estabelecidos e concretamente aplicados na conversão dos povos. Trata-se da oposição ao Plano Educacional de Nóbrega, bem como da administração temporal de recursos financeiros praticados pelas confrarias por ele fundadas para tal.

O autor aponta como raiz da retirada do apoio à política dos recolhimentos praticados por Nóbrega na Colônia, o afastamento do padre Simão Rodrigues, que fora o fundador da ordem jesuítica em Portugal e principal patrono das causas jesuíticas na colônia. Isso se deu devido a conflitos¹ entre ele e o padre Inácio de Loyola, criador da ordem de Cristo, e resultou em sua substituição por Diogo Mirão em 1552. Além disso, o autor ainda aponta outras dificuldades que levaram ao esgotamento os esforços iniciais da educação jesuítica:

¹ O autor não esclarece quais foram os conflitos ou os seus motivos. Apenas se refere à existência de um desentendimento entre Inácio de Loyola e Simão Rodrigues.

Nóbrega perdera em Simão Rodrigues seu inspirador e seu principal advogado e protetor na metrópole. No Brasil perdera também seu principal apoio na pessoa de Tomé de Souza, que em julho de 1553 entregava a Dom Duarte da Costa o supremo governo da colônia.

O novo governador geral, amigo pessoal de Luiz da Grã -**substituto de Nóbrega no governo da província jesuítica no Brasil**- não era tão inclinado a favorecer os recolhimentos, tornando-se-lhes até mesmo hostil, apoiado, aliás, pela explícita má vontade e aberta oposição de Dom Pedro Sardinha, primeiro bispo da Bahia e de todo o Brasil (p.107).[destaque nosso]

Na citação Mattos mostra a desconfortável situação de Nóbrega frente à defesa dos recolhimentos, que foram sem dúvida a base da política educacional do que pode ser chamada de primeira fase jesuítica no Brasil. Os novos direcionamentos e perspectivas políticas acabaram por suprimir os recolhimentos originando um novo período da educação brasileira, inaugurado em 1564, com o alvará da redízima, até 1759, quando se extingue a ordem jesuíta no Brasil pelas reformas pombalinas.

Nóbrega e Grã possuíam ideário distinto sobre o papel da companhia de Jesus na colônia. Luiz da Grã pretendia um trabalho mais ligado às questões espirituais, despojados de bens materiais, bem como do projeto educacional. Na verdade, pretendia usar os poucos recursos da companhia para aplicá-los à formação religiosa, enquanto Nóbrega pretendia fortalecer materialmente a companhia para poder continuar tocando o seu projeto educacional dos recolhimentos.

Conscientes do importante papel que representavam os jesuítas na política de expansão ultramarina por meio da educação catequética de aculturação dos povos conquistados, a instituição da Redízima² foi a fórmula que os superiores da metrópole³ encontraram para resolver o conflito no seio da Companhia de Jesus no Brasil. Ao fato, devido à negação de Grã em aceitar recursos da coroa, Mattos se refere da seguinte forma:

Entretanto, não se limitava a Companhia em aceitar de bom grado a redízima e esses e outros favores reais que lhes eram dados por acréscimo. O ponto de vista da autonomia patrimonial e econômica, tão insistentemente defendidos por Manuel da Nóbrega contra as tendências franciscanizantes do Pe. Luiz da Grã, e que antes não logravam aceitação, agora, depois de firmados os padrões da redízima para os colégios da Bahia e do Rio de Janeiro, obtinha

² fórmula pela qual dez por cento de toda a arrecadação dos dízimos reais em todas as capitanias da colônia e seus povoados ficariam *in perpetuum* vinculados à manutenção e sustento dos colégios da Companhia de Jesus (p.134).

³ O alvará da redízima foi assinado em 1565 pelo Cardeal Infante Dom Henrique, regente do reino durante a minoridade de Dom Sebastião (p.138).

plena aprovação do Pe. Geral de Roma nos termos do postulado da Congregação Provincial de 1568. (p.139).

Mattos aponta que, apesar de ter se imposto o ponto de vista de Nóbrega em relação à autonomia patrimonial, não foi possível a esse, mesmo tendo labutado por tal até a sua morte em 1570, salvar a política dos recolhimentos que a partir de então fora substituída por outro ideário, que deu início à nova fase educacional jesuítica no Brasil, dessa vez, centrada nos colégios.

Com uma configuração acentuadamente positivista de fazer e escrever história⁴, o livro apresenta, na terceira parte, a biografia de educadores aos quais Mattos denomina: [...] *denodados e heróicos pioneiros de nossa educação* (p.16). São eles: Marinote, Vicente Rijo e José de Anchieta. Do primeiro jesuíta, trata-se mais de uma investigação do que uma biografia propriamente dita. É que a exposição versa sobre o resultado de uma pesquisa sobre uma suspeita de Mattos sobre um tal professor que fora desterrado – expatriado – de Portugal por denúncias de infidelidade por ter sido encontrado com ele, um catecismo luterano, e que segundo o autor, viria a ser o primeiro professor de Latin no curso secundário, atualmente correspondente ao segundo ciclo do primeiro grau.

Num exemplo bem característico da história oficial, continua Mattos, dessa vez falando de Vicente Rodrigues, vulgo, Vicente Rijo: *coube a glória de ter sido o primeiro mestre-escola do Brasil no seu despertar para a cultura ocidental e cristã* (p.180). Apresenta sua vida e sua obra destacando seus atos de heroísmo, inscrevendo-o na história como um pai, pioneiro, desbravador. Um semeador e símbolo da educação brasileira terminando com uma prédica digna de citação: *A esse heróico e abnegado Vicente Rijo e aos seus intrépidos e devotados irmãos o preito de homenagem e de gratidão dos educadores e do povo do Brasil*. (p.180)

Por sua vez, a biografia de José de Anchieta é uma admirável narrativa amparada em documentos biográficos primários e secundários que apresenta a vida e a obra catequético-educacional desse Jesuíta. O autor baseia-se primariamente na biografia de Anchieta, escrita por Simão de Vasconcelos e de forma indireta, por meio da obra monumental de Serafim

⁴ De acordo com a metodologia histórica positivista, o método compreende duas fases bem determinadas, quais sejam: A determinação dos fatos; que possam ser empiricamente verificados por meio de observações diretas ou indiretamente por meio de fontes documentais oficiais, por isso também ser conhecida como história oficial, que acabou por destacar ou criar a figura positiva ou negativa dos personagens objetos de estudo e, conseqüentemente a figura do herói por meio da narrativa histórica onde se enquadram grandes partes das biografias. E a outra fase, que trata do estabelecimento das conexões causais entre os fenômenos, onde se crê poder apreender a realidade em sua objetividade.

Leite, na biografia escrita por Quirício Caixa. Propõe-se a apreender nesses documentos e o faz, os traços morais e psicológicos da personalidade marcante de José de Anchieta, que segundo o autor, brilhou por sua inteligência, sua cultura, sua ampla atividade apostolar, educativa e literária.

A quarta e última parte do livro, que segundo o autor pretende ser uma recapitulação dos assuntos anteriores, extrapola e muito essa pretensão. Na medida em que resume os principais fatos abordados ele vai apresentando análises até então ocultadas no texto, bem como, trazendo à tona questões que ainda não haviam sido tratadas. Vale a pena ressaltar algumas dessas análises como também as novas questões.

Para Mattos, o dismantelamento dos recolhimentos e das confrarias, em nome de ideais espirituais e de abstinência material tratou-se, na verdade, de uma manobra, apoiada pelo alto escalão Jesuíta, para desgastar a política praticada e assegurar a obtenção de maiores recursos da coroa para o êxito da nova política administrativa “*que se engendrou na Metrópole entre 1553 e 1564, aguardando os alvarás da redízima*” (p.256).

Entre essas políticas havia, entretanto, três diferenças que para Mattos vieram a interferir grandemente no futuro educacional do país.

A primeira diz respeito à incorporação do patrimônio autônomo das confrarias à companhia de Jesus que provocou o fim da descentralização. Com isso o patrimônio ficou centralizado nas mãos da companhia e acabou confiscado pelo Marquês de Pombal. Não fosse *Isso “grande parte do imenso patrimônio acumulado pela companhia de Jesus... teria sido preservada intata para os objetivos da educação nacional”* (p.257) [sic].

O segundo diz respeito à seletividade da educação: “*a substituição do padrão eminentemente democrático do primeiro pelo padrão seletivamente aristocrático do segundo*” (258). O primeiro modelo era destituído de caráter seletivo na medida em que não havia distinção de raça e de classe social. Todos⁵ possuíam as mesmas oportunidades educacionais, enquanto no novo plano, os órfãos foram totalmente excluídos do modelo praticado; os curumins podiam participar apenas das escolas de ler escrever. Os colégios privilegiavam os filhos dos brancos mais abastados e mais restritivamente aos mamelucos que progressivamente tiveram, em colégios como o da Bahia e do Rio de Janeiro, tanto eles como os mestiços, o acesso proibido. Foram essas ações que, segundo o autor, inauguraram no campo educacional a “*perniciosa mentalidade que até hoje*

⁵ Entenda-se “todos” àqueles que podiam participar do processo educacional da época quais sejam: os curumins, os mamelucos, os filhos dos colonos pobres, filhos de pessoas de posse e os órfãos vindos de Portugal. Mulheres, apesar do esforço de Anchieta no sentido de adicioná-las ao processo educativo, eram excluídas.

subsiste entre nós de considerar a educação de grau médio e superior como privilégio das classes economicamente mais favorecidas e abastadas” (p.259).

A terceira diz respeito ao ensino profissional. Enquanto Nóbrega enfatizava a necessidade de iniciar os educandos nos ofícios, a nova política educacional desvalorizou o trabalho profissional relegando-o ao braço escravo, o que acabou por acarretar o não desenvolvimento do ensino profissional na educação brasileira e até mesmo a falta de consciência sobre essa necessidade.

O autor encerra o livro falando das vicissitudes pelas quais passaram os primeiros jesuítas, as privações, o penoso trabalho para catequização e ensino e as rudes circunstâncias nas quais foram desenvolvidas, traçando um paralelo do ambiente colonial anterior e posterior a 1570, época que demarca como o encerramento do Período Heróico e ao mesmo tempo o início de uma nova fase para os missionários da Companhia de Jesus no Brasil.

Para Mattos, devido aos fartos recursos proporcionados pela redízima, essa nova fase levou os jesuítas ou a educação colonial a desinteresse pelos problemas materiais e temporais da sociedade em formação, na medida em que o conforto e o isolamento dos colégios proporcionaram estabilidade para que se dedicassem apenas a “abstrações especulativas”⁶ que acabou os colocando acima do mundo real distanciando-os das questões sociais que se apresentavam ou melhor dizendo, que estavam sendo gestadas naquele momento.

Para ele, reside aí a grande diferença entre o Período Heróico e o posterior. No primeiro, os jesuítas se identificavam com a coletividade porque compartilharam com ela suas necessidades e por isso atuaram no sentido de um projeto político e social. No segundo, os educadores voltando-se para a cultura erudita, afastaram a escola da sociedade, inaugurando o ensino formal despojado de conteúdo ideológico-social e provocando, segundo Mattos, a tradição educacional brasileira, da desconexão entre a cultura escolar e a vida social material.

O livro apresenta características interessantes e contraditórias em seu interior. Desde a introdução o autor se propõe a fazer uma narrativa dos fatos históricos isentando-se da ambição analítica. Entretanto, no desenvolvimento das partes constitutivas da obra, ele passa a analisar não só a conjuntura social, como também a política e econômica do espaço temporal estabelecido pela pesquisa. Assim, tem-se que a primeira parte

⁶ O autor se refere a princípios abstratos da escolástica tradicional praticada nesses colégios em um contexto tão adverso como o colonial brasileiro.

constitui-se uma narrativa; a segunda parte, análise; a terceira, narrativa literária e a quarta e última parte, trata-se de análise, bem como conjecturas a respeito das implicações dos fatos apresentados, à formatação da educação brasileira.

No decorrer do livro Luiz Alves de Mattos deixa antever uma visão de história positivista bem característica do séc. XIX e de acordo com o ideário que se praticava na época em que escreveu. Nesse sentido, elege como objeto os grandes feitos da humanidade que devem ser inscritos por meio de documentações que lhes atestem e comprovem a originalidade, e dessa forma, a cientificidade. Não obstante, não se priva, em diversas partes do livro, de traçar alguns juízos a respeito dos fatos expostos, deixando transparecer uma visão pessoal do tempo sobre o qual escreve, quando, por exemplo, denomina as relações tribais existentes na época, de formas primitivas e desorientadas de agrupamentos humanos. Todavia, trata-se de um material de grande valor documental, interessante não só para educadores que pretendem entender a história da educação brasileira, mas também para os historiadores que podem tomá-lo como fonte para a pesquisa histórica do período sobre o qual o autor escreveu devido à abundante documentação que oferece no corpo do trabalho e arrola na bibliografia.

Tania Conceição Iglesias do Amaral. Mestre em educação pela Universidade Estadual de Maringá – UEM e Doutoranda em educação pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. E-mail: jotat@brturbo.com.br